

**PARECER JURÍDICO Nº 005/2026**

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSO LICITATÓRIO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS. FORNECIMENTO DE UNIFORMES ESCOLARES. LEI Nº 14.133/2021. ERRO MATERIAL NO EDITAL. CRITÉRIO DE JULGAMENTO. NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO.**

**1. RELATÓRIO**

Trata-se de análise jurídica do Processo Licitatório nº 209/2025, instaurado pelo Município de Cataguases–MG, que visa à futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de uniformes escolares, a fim de atender às demandas de diversas Secretarias Municipais.

Conforme a documentação apresentada, o certame foi estruturado na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), com critério de julgamento de menor preço por lote. A justificativa para o não parcelamento do objeto em múltiplos lotes consta do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, que apontam para a viabilidade técnica e econômica da medida, visando garantir a gestão segura da contratação e a ampla competição.

O objeto da licitação é classificado como bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, e a contratação visa à padronização, segurança e isonomia entre os alunos da rede pública de ensino.

**É o relatório do essencial. Passo à análise.**

## 2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A análise do presente processo licitatório pauta-se pela conformidade de seus atos com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e pela jurisprudência correlata.

### 2.1. Da Modalidade Licitatória: Pregão Eletrônico

A Lei nº 14.133/2021 estabelece o pregão como modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns. O art. 6º, XIII, da referida lei define bens e serviços comuns como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Os uniformes escolares, objeto do certame, enquadram-se perfeitamente nessa definição, o que torna a escolha do **Pregão Eletrônico** não apenas adequada, mas obrigatória. A jurisprudência pátria é pacífica quanto à utilização desta modalidade para a aquisição de tais itens, por promover a celeridade e a ampla concorrência.

### 2.2. Do Sistema de Registro de Preços (SRP)

O Sistema de Registro de Preços (SRP), disciplinado pelos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, é um procedimento auxiliar das licitações e contratações que se revela extremamente vantajoso para a Administração Pública, especialmente em aquisições como a de uniformes escolares.

Não se trata de uma modalidade de licitação, mas de um **instrumento estratégico de gestão** que formaliza, por meio de uma **Ata de Registro de Preços**, o compromisso de fornecimento a preços e prazos previamente estabelecidos.

A adoção do SRP no Processo Licitatório nº 209/2025 traz benefícios diretos ao Município de Cataguases, alinhados aos princípios da eficiência e da economicidade.

- **Eficiência e Celeridade:** Uma vez homologada a licitação e registrada a ata, a Administração pode emitir as ordens de fornecimento de forma ágil, sem a necessidade de um novo e completo processo licitatório para cada nova demanda que surgir durante a vigência da ata. Isso reduz a burocracia e o tempo de espera para o recebimento dos uniformes.
- **Economicidade e Otimização de Recursos:**
  - **Compras sob Demanda:** O município só adquire e paga pelos uniformes quando a necessidade se concretiza, otimizando o fluxo de caixa e o uso do orçamento público.
  - **Redução de Custos de Armazenamento:** Elimina-se a necessidade de manter grandes estoques, o que reduz custos com espaço físico, segurança e pessoal para controle de inventário.
  - **Ganhos de Escala:** Ao licitar o quantitativo total estimado para o período, a Administração tende a obter preços mais competitivos dos fornecedores, que se beneficiam da previsibilidade de uma grande venda.
- **Flexibilidade e Segurança Contratual:**
  - A Administração **não é obrigada a adquirir a totalidade** do quantitativo registrado na ata. A contratação é "futura e eventual", o que confere flexibilidade para ajustar as aquisições a eventuais mudanças de cenário.
  - Por outro lado, o fornecedor vencedor tem a **obrigação de manter a sua proposta** durante toda a vigência da ata, garantindo o fornecimento nas condições pactuadas.

A escolha do **Sistema de Registro de Preços** para a aquisição de uniformes escolares no Processo Licitatório nº 209/2025 é, portanto, uma decisão **juridicamente correta e administrativamente vantajosa**. Ela confere à gestão municipal a flexibilidade necessária para atender a uma demanda programada de forma eficiente, econômica e

segura, em plena conformidade com os ditames da Lei nº 14.133/2021 e com o entendimento dos tribunais.

### **2.3. Do Erro Material Sanável no Critério de Julgamento (Ressalva)**

Apesar da adequação da estrutura, o processo padece de um vício formal que, embora sanável, requer atenção imediata. O erro material de digitação identificado no item 1.3 do Edital gera uma contradição que viola princípios basilares da licitação.

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 33, trata "menor preço" e "maior desconto" como critérios distintos. A divergência entre o item 1.3 e os demais documentos do certame fere:

- **O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório:** As regras devem ser claras, precisas e, acima de tudo, coerentes em todos os pontos do edital e seus anexos.
- **O Princípio do Julgamento Objetivo:** A ambiguidade impede que os licitantes compreendam de forma inequívoca como suas propostas serão julgadas, comprometendo a isonomia e a formulação adequada das ofertas.

Este erro, se não corrigido, expõe o certame a um risco iminente de **impugnação e anulação**, o que causaria atrasos indesejados à contratação

### **2.4. Do Não Parcelamento do Objeto: A Justificativa para o Lote Único**

A regra geral imposta pela Lei nº 14.133/2021 (art. 40, V, 'b') e pela Súmula 247 do Tribunal de Contas da União (TCU) é o **parcelamento do objeto** em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis. O objetivo é ampliar a competitividade, permitindo a participação de um número maior de empresas, inclusive de menor porte.

**SÚMULA TCU 247:** É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a

contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Contudo, a própria lei prevê no art. 40, § 3º que o parcelamento **não será adotado** quando:

- A economia de escala, a redução de custos de gestão ou a maior qualidade da gestão do contrato demonstrarem ser mais vantajoso para a Administração;
- O objeto, por sua natureza, exigir que os itens sejam fornecidos pelo mesmo licitante.

No caso da aquisição de uniformes escolares, a decisão de agrupar todos os itens em um **lote único** é uma exceção à regra que encontra forte amparo em justificativas técnicas e de gestão, como as apresentadas no processo:

- **Garantia de Padronização e Identidade Visual:** Este é o argumento técnico mais forte. Contratar diferentes empresas para fornecer a camisa, o short saia e a bermuda, por exemplo, criaria um risco real de inconsistências de cor (diferentes tonalidades de azul), tecido (diferentes texturas e qualidades) e acabamento. Um único fornecedor garante a **uniformidade absoluta** do conjunto, preservando a identidade visual dos alunos e da rede de ensino.
- **Viabilidade da Gestão Contratual:** Administrar um único contrato é significativamente mais simples e menos oneroso para o Município. A fiscalização do recebimento, o controle de qualidade, os processos de pagamento e a comunicação para eventuais trocas ou ajustes são centralizados em um único

interlocutor. A gestão de múltiplos contratos para um mesmo fim (vestir um aluno) aumentaria a complexidade administrativa e os custos indiretos.

- **Responsabilidade Integral:** Com um único fornecedor, a responsabilidade pela entrega do "kit uniforme" completo e coeso é integral. Evita-se o "jogo de empurra" que poderia ocorrer se, por exemplo, a entrega das camisas por um fornecedor atrasasse, comprometendo a utilidade das bermudas já entregues por outro.

Portanto, a decisão de adjudicar por **lote único**, embora excepcional, é defensável e apropriada para o objeto em questão, pois a manutenção da padronização e a simplificação da gestão contratual representam uma vantagem clara para a Administração, justificando o afastamento da regra do parcelamento.

### 3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, e com base na documentação apresentada, opino pela **regularidade e legalidade** do Processo Licitatório nº 209/2025, por estarem presentes os requisitos exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

1. A escolha da modalidade **Pregão Eletrônico** é a correta para a aquisição de bens comuns, como uniformes escolares.
2. A utilização do **Sistema de Registro de Preços** é apropriada para a natureza da demanda (contratações futuras e parceladas).
3. O **não parcelamento do objeto**, com julgamento por menor preço por lote, encontra amparo legal na exceção prevista em lei.

Ressalva-se, contudo, como **condição indispensável para o prosseguimento do certame**, a necessidade de saneamento do **erro material de digitação** identificado no critério de julgamento. A contradição entre o critério de "menor preço", que rege a maior parte do edital, e a menção equivocada a "maior desconto" em um de seus itens, representa um vício formal que, embora sanável, compromete a segurança jurídica do procedimento.

Dessa forma, este parecer é **favorável** à continuidade do processo licitatório, **desde que seja promovida a imediata retificação do edital** para uniformizar o critério de julgamento como "menor preço por lote/item".

S.M.J., é o parecer desta Procuradoria.

Cataguases, 08 de janeiro de 2026.

**Jaqueline Bastos Coutinho**  
**Procuradora do Município**  
**OAB/MG 233.809**